

5Tatuí-SP, 18 de maio de 2023.

Aos acionistas da

VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A

Senhores Acionistas,

A Administração da **VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período de 31 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A

Diretor Presidente

Valério Valdrighi

VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A
CNPJ: 42.477.415/0001-09

Balanco Patrimonial dos exercicios findos em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	808.219	501.409
Valores a receber	6	9.060.980	
Impostos a recuperar		2	
Total do Ativo Circulante		9.869.201	501.409
Total do Ativo		9.869.201	501.409
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Obrigações com fornecedores		221	
Obrigações Tributárias	7	44.341	610
Outras obrigações		8.166	
Total do passivo Circulante		52.728	610
Passivo Não Circulante			
Debêntures	8	9.086.805	201.686
Receita de Exercícios Futuros		343.301	
Total do passivo não Circulante		9.430.106	201.686
Patrimônio líquido	9		
Capital social		300.000	300.000
Reserva de Lucros		86.367	(887)
Total do patrimônio líquido		386.367	299.113
Total do Passivo		9.869.201	501.409

VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A
CNPJ: 42.477.415/0001-09

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas operacionais			
Receita de Securitização		409.233	
Receita de prestação de serviços		16.717	
(-) Deduções da receita		(22.099)	
(-) Despesas de captação		(82.147)	
Receita operacional líquida		321.704	-
Lucro bruto		321.704	-
Despesas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		(222.787)	(2.888)
Total das despesas operacionais	10	(222.787)	(2.888)
Lucro antes do Resultado Financeiro		98.917	(2.888)
Despesas financeiras		(10.048)	
Receitas financeiras		31.318	2.633
Resultado financeiro líquido	11	21.270	2.633
Resultado antes das provisões		120.187	(255)
(-) Provisão para imposto de renda		(22.071)	(237)
(-) Provisão para contribuição social		(10.862)	(395)
Resultado líquido do período		87.254	(887)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 10 de maio de 2021	300.000		300.000
Resultado do período		(887)	(887)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	300.000	(887)	299.113
Resultado do período		87.254	87.254
Saldo em 31 de dezembro de 2022	300.000	86.367	386.367

VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A
CNPJ: 42.477.415/0001-09

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	120.187	(255)
Ajustado por:		
- Remuneração de debêntures	86.153	2.144
	206.340	1.889
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Contas a receber de clientes	(9.060.980)	
Impostos a recuperar	(2)	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com fornecedores	221	
Obrigações Tributárias	43.731	610
Outras obrigações	351.467	
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(8.459.223)	2.499
Imposto de renda e Contribuição Social Pagos	(32.933)	(632)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(8.492.156)	1.867
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Capital		300.000
Ingresso de Debêntures	9.040.738	199.542
Resgate de debêntures	(241.772)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	8.798.966	499.542
Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes a caixa	306.810	501.409
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	501.409	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	808.219	501.409

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

1) Contexto Operacional

A VALECRED SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado criada em 10 de maio de 2021, tem por objeto a exploração do negócio de aquisição e securitização de créditos não padronizadas, vencidas e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e prestação de serviços que sejam passíveis de securitização, conforme política de crédito devidamente aprovada pela diretoria. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Cidade de Tatuí, estado de São Paulo, na Rua Coronel Aurelino de Camargo, nº 550, 2º andar, bairro Centro, CEP: 18270-170.

2) RISCOS

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto nem condições normais como de estresse, sem perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalente de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidez se seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do autoregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um

impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direito Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas

pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder

ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de

contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas

de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direito creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	80.000	
Banco C/ Movimento	728.219	501.409
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	808.219	501.409

6) Valores a Receber

O saldo de valores a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Também em função da análise individual dos valores a receber, para verificação da potencialidade de perdas inserida na carteira, a administração optou por não reconhecer a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) requerida pelo CPC 38.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

Da classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

a) Posição sintética de títulos a receber:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Títulos a receber	9.060.980	
Total de Valores a Receber	9.060.980	-

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Descrição	Vencidos	A Vencer	Total
até 30 dias	4.327	3.422.919	3.427.245
de 31 a 60 dias		3.116.644	3.116.644
de 61 a 90 dias		1.646.545	1.646.545
de 91 a 120 dias		524.723	524.723
de 121 a 150 dias		267.391	267.391
de 151 a 180 dias		71.866	71.866
há mais de 180 dias		6.566	6.566
Total	4.327	9.051.203	9.060.980

7) Obrigações Tributárias

A conta “Obrigações Tributárias” está relacionada a impostos e contribuições os quais foram gerados no decorrer do período.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
IRPJ A Pagar	18.460	373
Contribuição Social a Pagar	8.857	237
ISS a pagar	403	
Pis a pagar	1.267	
Cofins a pagar	7.851	
IRRF a pagar	1.830	
Retenções na fonte	5.673	
Total de Obrigações Tributárias	44.341	610

8) Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 de agosto de 2021, onde foram emitidas 500.000 (quinhentas mil), sendo 400.000 (quatrocentas mil) de espécie simples e sem subordinação e 100.000 (cem mil) de espécie subordinada, sendo todas conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), realizada em 9 (nove) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 5% (cinco por cento) capitalizados anualmente.
- As debêntures da 2ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) capitalizados anualmente.
- As debêntures da 3ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 6% (seis por cento) capitalizados anualmente.
- As debêntures da 4ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 110% (cento e dez por cento) do CDI.
- As debêntures da 5ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do CDI.
- As debêntures da 6ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 7ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures jus a remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- As debêntures da 8ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures jus a remuneração de 0,5 % (meio por cento) ao mês.
- As debêntures da 9ª série, composta por 100.000 (cem mil) debêntures farão jus a remuneração de 1% (um por cento) ao mês.

As debêntures da companhia estão dispostas da seguinte maneira:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures – 1ª Emissão	9.001.363	199.542
Juros s/ Debêntures – 1ª Emissão	85.442	2.144
Total de Debêntures	9.086.805	201.686

9) *Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto*

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), totalmente integralizado, representado por 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva de Lucros

A companhia apresentou um lucro líquido no período no montante de R\$ 87.254,42 (oitenta e set mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), onde um valor de R\$ 887,06 (oitocentos e oitenta e sete reais e seis centavos) foi destinado a compensação de prejuízos do exercício anterior e o valor residual de R\$ 86.367,36 (oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos) foi destinado totalmente a conta de Reserva de Lucros, a disposição dos diretores em exercícios futuros.

10) *Resultado Operacional*

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Receitas operacionais	31.12.2022	31.12.2021
Despesa gerais de expediente	(3.759)	
desp. operacionais e administrativas	(218.897)	(2.888)
Despesa financeira s/ tributos	(131)	
Resultado operacional líquido	(222.787)	(2.888)

11) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Resultado financeiro	31.12.2022	31.12.2021
Despesa financeiras	(10.048)	
Receitas financeiras	31.318	2.633
Resultado financeiro líquido	21.270	2.633

12) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias.

Valores a Recber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos

Debêntures (nota 8): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022.

Tatuí - SP, 18 de maio de 2023.

Valério Valdrighi
Diretor Presidente

Jogy Tamura
Contador
CRC/SP: 1SP114.903/O-0

2023-05-08_DFs 2022.pdf

Documento número #d061fa8d-17a3-4b1f-ae54-bb8529791838

Hash do documento original (SHA256): 82990b8460e5060f5666bbbe2c4cb85fe987ad62c36342cd166212e5fda3c006

Hash do PAdES (SHA256): 0b6a977198920077583647c38606e36a657d4355992b1232d2617a15a0a322fb

Assinaturas

1 assinatura digital e 1 assinatura eletrônica

 **Valério Valdrighi**

CPF: 021.054.308-64

Assinou como representante legal em 26 mai 2023 às 10:50:44

Emitido por AC Certisign RFB G5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 10 mai 2025

 **Jogy Tamura**

CPF: 836.047.588-15

Assinou como contador(a) em 26 mai 2023 às 13:46:21

Log

- 26 mai 2023, 10:38:34 Operador com email marcio@valecred.com.br na Conta f5954674-4079-45b5-ae14-9932306fd07f criou este documento número d061fa8d-17a3-4b1f-ae54-bb8529791838. Data limite para assinatura do documento: 25 de junho de 2023 (09:22). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 26 mai 2023, 10:38:43 Operador com email marcio@valecred.com.br na Conta f5954674-4079-45b5-ae14-9932306fd07f adicionou à Lista de Assinatura: karen@valecred.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Valério Valdrighi e CPF 021.054.308-64.
- 26 mai 2023, 10:38:43 Operador com email marcio@valecred.com.br na Conta f5954674-4079-45b5-ae14-9932306fd07f adicionou à Lista de Assinatura: marcela@flxfiscolex.com.br para assinar como contador(a), via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Jogy Tamura.
- 26 mai 2023, 10:50:44 Valério Valdrighi assinou como representante legal. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 021.054.308-64. IP: 191.254.249.77. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.3497609 e longitude -47.8479914. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão v1.501.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

-
- 26 mai 2023, 13:46:21 Jogy Tamura assinou como contador(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail marcela@flxfiscolex.com.br. CPF informado: 836.047.588-15. IP: 187.56.56.209. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.5942756 e longitude -48.0506021. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão v1.501.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 26 mai 2023, 13:46:22 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número d061fa8d-17a3-4b1f-ae54-bb8529791838.
-

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº d061fa8d-17a3-4b1f-ae54-bb8529791838, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.